

ENTRE A ROÇA, O RIO E A CIDADE: TERRITORIALIDADE E CIRCUITOS ALIMENTARES INDÍGENAS NO ALTO RIO NEGRO

BETWEEN THE GARDEN, THE RIVER AND THE TOWN: TERRITORIALITY AND INDIGENOUS FOOD CIRCUITS IN THE UPPER RIO NEGRO

 <https://doi.org/10.63330/armv2n9-021>

Submetido em: 30/09/2026 e Publicado em: 07/10/2026

ARM: e262398

Viviane Moreno Gouveia

Nutricionista, Especialista em Gestão da Qualidade em Segurança Alimentar e Nutricional pela Universidade Nilton Lins; Especialista em Tecnologia dos Alimentos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM); Especialista em Saúde Pública pela Faculdade de Educação da Serra.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/742412124507764>

Resumo

O artigo examina como a urbanização, a mobilidade territorial e as relações contemporâneas com o mercado reorganizam os circuitos pelos quais os alimentos são produzidos, obtidos, trocados e consumidos por populações indígenas no Alto Rio Negro, com atenção especial a São Gabriel da Cachoeira (AM). Trata-se de estudo bibliográfico e documental, que articula a literatura de geografia, antropologia e alimentação produzida sobre a região a documentos públicos, sobretudo os registros do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional relativos ao Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro e os resultados do Censo Demográfico de 2022. A noção de território usado, formulada por Milton Santos, orienta a leitura. Argumenta-se que a expansão da sede municipal não pode ser lida como simples abandono dos sistemas alimentares indígenas: a literatura registra arranjos multilocais que combinam roça, rio, floresta, redes de parentesco, comunidade, cidade, comércio e programas públicos. Esses arranjos expressam capacidade de recomposição, mas também decorrem de restrições concretas, como a escassez de terra cultivável no entorno urbano, os custos de deslocamento e a crescente necessidade de renda monetária. Conclui-se que o enfoque territorial permite descrever a alimentação como circulação entre lugares desigualmente equipados, e não como estado de conservação ou de perda de uma tradição, deslocamento analítico que tem consequências para a pesquisa e para o desenho de políticas.

Palavras-chave: Alto Rio Negro; Povos indígenas; Sistemas alimentares; Territorialidade; Urbanização.



Abstract

This article asks how urbanization, territorial mobility and present-day market relations reshape the circuits through which food is produced, obtained, exchanged and eaten by Indigenous peoples in the Upper Rio Negro, with particular attention to São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, Brazil. It is a bibliographic and documentary study that brings together the geographic, anthropological and food-related literature on the region and public documents, chiefly the records of the National Historic and Artistic Heritage Institute (IPHAN) on the Traditional Agricultural System of the Rio Negro and the results of the 2022 Demographic Census. Milton Santos's notion of used territory guides the reading. The article argues that the growth of the municipal seat cannot be read simply as the abandonment of Indigenous food systems. The literature records multi-sited arrangements that combine swidden gardens, river, forest, kinship networks, villages, town, commerce and public programmes. These arrangements show a capacity to recompose livelihoods, but they also stem from concrete constraints, such as the scarcity of arable land around the town, travel costs and a growing need for cash income. The territorial approach makes it possible to describe food as circulation between unequally equipped places rather than as a state of preservation or loss of tradition, a shift with consequences for research and for policy design.

Keywords: Food systems; Indigenous peoples; Territoriality; Upper Rio Negro; Urbanization.

1 INTRODUÇÃO

Perguntar de onde vem a comida consumida por uma família indígena em São Gabriel da Cachoeira, no noroeste do Amazonas, é perguntar também por lugares, caminhos e relações. A farinha pode ter sido torrada na casa de forno de uma comunidade rio acima e chegado à sede municipal por encomenda a uma parenta; o peixe pode ter sido pescado por um membro da família que passou a semana no sítio ou comprado no porto; o arroz e o óleo, quase certamente, passaram pelo comércio urbano. Essa composição não é uma descrição etnográfica de casos observados, mas uma síntese dos tipos de trajeto que a literatura sobre a região permite reconhecer. Ela indica, desde o início, que a alimentação no Alto Rio Negro não se deixa compreender apenas pelo que se come: é preciso acompanhar por onde os alimentos passam.

O município ocupa posição singular no país. Segundo o Censo Demográfico de 2022, São Gabriel da Cachoeira contava 51.795 residentes, dos quais 48.256 se declararam indígenas, o que corresponde a 93,17% da população municipal (IBGE, 2023). Essas pessoas pertencem a povos de diferentes famílias linguísticas, entre as quais a Tukano Oriental, a Aruak e o conjunto de línguas que a literatura mais antiga chamava de Maku e que hoje tende a ser designado Naduhup, conforme registro feito no processo de revalidação do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro (IPHAN, 2021). A diversidade não é detalhe: qualquer afirmação sobre "a alimentação indígena" do município precisa indicar de quem e de onde se fala.



A sede municipal cresceu nas últimas décadas e concentra hoje serviços de saúde, escolas, comércio, órgãos públicos e a sede de organizações indígenas. Estudos de geografia e antropologia realizados na zona periurbana mostraram que esse crescimento alterou os regimes de acesso à terra e aos recursos e produziu novas combinações entre moradia urbana e trabalho agrícola (Eloy; Lasmar, 2011). Ao mesmo tempo, o conjunto de práticas agrícolas e alimentares dos povos da região foi reconhecido em 2010 como patrimônio cultural do Brasil, sob o nome de Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro (IPHAN, 2019a). A coexistência desses dois processos, urbanização e patrimonialização, é um bom ponto de partida para interrogar o que acontece com os sistemas alimentares quando parte crescente da vida passa a se organizar em torno da cidade.

É nesse ponto que se concentra o problema deste artigo: compreender como urbanização, mobilidade territorial e relações de mercado alteram os caminhos pelos quais os alimentos chegam às famílias indígenas do Alto Rio Negro. A análise parte da hipótese de que a vida na sede municipal não significa, por si só, abandono dos sistemas alimentares indígenas. Em diferentes estudos aparecem arranjos multilocais que articulam roça, rio, floresta, parentesco, comunidade, cidade, comércio e políticas públicas. Esses arranjos podem expressar capacidade de recomposição, mas também responder a restrições materiais, sobretudo ao acesso desigual à terra, ao transporte e à renda. Interessa observar essas duas dimensões sem transformar a mudança urbana numa narrativa automática de perda ou, no sentido oposto, de resistência.

O foco recai, assim, sobre a reorganização contemporânea dos circuitos alimentares. A palavra circuito é empregada em sentido descritivo: refere-se ao percurso de um alimento entre o lugar em que é obtido e o lugar em que é consumido, incluindo pessoas, objetos, relações e condições materiais que tornam esse percurso possível.

A discussão é bibliográfica e documental e se apoia em quatro conjuntos de fontes: a literatura sobre urbanização e manejo de recursos na região, em especial os trabalhos de Ludivine Eloy, Cristiane Lasmar e Laure Emperaire; a documentação produzida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) sobre o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, notadamente o dossiê de registro publicado em 2019 e o parecer técnico de reavaliação elaborado em 2021; a obra organizada por Luiza Garnelo e Gilda Barreto Baré sobre comidas tradicionais do Alto Rio Negro; e os resultados do Censo Demográfico de 2022 referentes à população indígena. As fontes foram lidas considerando autoria, finalidade, população e período de produção. Essa cautela importa porque parte relevante da literatura empírica sobre a zona periurbana foi produzida há mais de uma década, enquanto os documentos patrimoniais respondem a procedimentos administrativos específicos. O próprio parecer de 2021 registra que a consulta aos detentores foi limitada pelas restrições da pandemia de covid-19 (IPHAN, 2021). O que se apresenta, portanto, é uma interpretação de literatura e documentos, e não resultado de pesquisa de campo com famílias determinadas.



2 TERRITÓRIO, MOBILIDADE E URBANIZAÇÃO NO ALTO RIO NEGRO

2.1 O TERRITÓRIO USADO COMO PONTO DE PARTIDA

A escolha de começar pelo território não é óbvia para quem vem do campo da nutrição. A formação nessa área costuma tomar o alimento a partir do momento em que ele chega ao prato, ou, no máximo, a partir do domicílio, unidade privilegiada dos inquéritos de consumo e de segurança alimentar. No Alto Rio Negro, essa escala é insuficiente. O que uma família come depende de onde estão suas roças, de quem pesca para ela, de quanto custa o combustível de uma viagem, de quais parentes permanecem na comunidade e de que alimentos chegam ao comércio da sede. É preciso uma categoria capaz de reunir esses elementos sem reduzi-los a um cenário.

A geografia de Milton Santos oferece essa categoria. Em *A natureza do espaço*, o autor propõe que o espaço seja entendido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (Santos, 2006). Objetos, nesse sentido, são tanto as formas naturais apropriadas quanto as técnicas e as infraestruturas: a roça aberta na mata, a casa de forno, o porto, a estrada, o motor de popa. Ações são as práticas que dão sentido e uso a esses objetos. Em trabalho posterior com Maria Laura Silveira, a expressão território usado passa a designar justamente essa unidade entre a materialidade e o uso que dela fazem os diferentes agentes (Santos; Silveira, 2001). Para o problema aqui tratado, a vantagem dessa formulação está em impedir que o território seja reduzido à terra demarcada ou ao ambiente natural. O território usado inclui a cidade, o rio como via de circulação, o comércio, as escolas e os programas públicos, desde que participem efetivamente da vida das pessoas.

Santos também distingue horizontalidades, domínios de contiguidade formados por lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, e verticalidades, pontos distantes ligados por redes cuja lógica muitas vezes é definida de fora (Santos, 2006). Aplicada ao Alto Rio Negro, a distinção ajuda, mas não se encaixa sem atrito. As redes de parentesco que ligam uma comunidade do rio Içana ou do Uaupés a uma casa em um bairro da sede não são contíguas, e nesse sentido se parecem com verticalidades; no entanto, sua lógica é produzida pelas próprias pessoas que as habitam, e não por uma empresa ou pelo Estado. O atrito é produtivo. Ele sugere que, na região, uma parte importante da organização horizontal da vida social se realiza por meio de redes descontínuas, enquanto o mercado e as políticas públicas introduzem outras verticalidades, que se sobrepõem às primeiras. Os circuitos alimentares atravessam essas duas ordens ao mesmo tempo.

2.2 CIDADE E COMUNIDADE: POLOS OU PARTES DE UM MESMO ARRANJO?

A forma mais comum de pensar a urbanização indígena opõe dois polos: a comunidade, associada à roça, ao rio e à tradição, e a cidade, associada ao dinheiro, ao alimento industrializado e à perda. A



literatura sobre São Gabriel da Cachoeira oferece razões consistentes para desconfiar dessa oposição, sem com isso negar as transformações que ela tenta nomear.

O estudo de Eloy e Lasmar (2011) sobre a zona periurbana da sede municipal é central para esse debate. Combinando pesquisa etnográfica e agroeconômica com análise de dados espaciais sobre população, regime fundiário e paisagem, as autoras mostram que, nas comunidades da região, cada coletivo se associa a um território tradicional no qual coexistem diferentes direitos de uso, que vão da propriedade individual exclusiva ao uso comum. Na área periurbana, porém, a propriedade privada tornou-se o principal direito de uso da terra. Diante da escassez crescente de recursos disponíveis em torno da cidade, famílias indígenas recém-chegadas precisam negociar acesso à terra no interior de suas redes de parentesco e recorrem a estratégias multilocais. A hipótese das autoras é que a capacidade de adaptação dos sistemas indígenas de manejo nessa área depende da complementaridade entre os modos de uso e apropriação de diferentes espaços. Há, portanto, duas tendências simultâneas: individualização dos regimes de propriedade e adaptabilidade dos sistemas de manejo.

Em artigo dedicado especificamente à alimentação, Eloy (2009) investiga em que medida as territorialidades indígenas favorecem a manutenção de uma diversidade alimentar na cidade. A autora combina o estudo de sistemas de produção periurbanos, a observação de práticas alimentares e a análise das principais linhas de abastecimento da sede. Entre as famílias estudadas, o padrão de múltiplas residências, uma na cidade e outra em comunidade ou sítio, aparece associado a uma multilocalidade produtiva, e a incorporação de alimentos de origem externa está ligada sobretudo às condições de acesso aos recursos naturais e à disponibilidade de mão de obra. O dado importa porque desloca a explicação: a entrada de alimentos industrializados não aparece, nesse estudo, como efeito de preferência ou de desconhecimento, mas como resposta a condições materiais de produção.

Essas pesquisas autorizam a afirmação de que urbano e comunitário não são, para as famílias estudadas, espaços excludentes. Elas não autorizam, contudo, a generalização para todas as famílias indígenas do município, nem a suposição de que os arranjos descritos permaneçam idênticos mais de uma década depois. O que permanece válido, e é o que interessa a este artigo, é o modelo analítico: a família como unidade que se distribui entre lugares e usa complementarmente os recursos disponíveis em cada um deles.

Rogério Haesbaert propôs o termo multiterritorialidade para designar a possibilidade de pessoas e grupos viverem simultaneamente em diferentes territórios, ou de transitarem entre eles, sem que isso implique desterritorialização (Haesbaert, 2004). O conceito é útil na medida em que recusa a ideia de que a mudança para a cidade seria perda de território. No caso do Alto Rio Negro, entretanto, a palavra que a literatura empírica consagrou é multilocalidade, mais próxima da descrição de arranjos domésticos e



produtivos. Mantém-se aqui o termo empírico, reservando a contribuição de Haesbaert para o argumento mais geral de que mobilidade e territorialidade não se opõem.

2.3 MOBILIDADE COMO RECURSO E COMO IMPOSIÇÃO

Seria fácil, a partir do que foi dito, apresentar a mobilidade como estratégia inventiva de famílias que circulam livremente entre a roça e a cidade. As fontes não permitem essa leitura. A mesma literatura que descreve a multilocalidade registra as condições que a tornam necessária e, por vezes, penosa.

O primeiro conjunto de restrições diz respeito à terra. Se no entorno urbano a propriedade privada se generalizou, manter uma roça produtiva perto da cidade depende de negociações e de disponibilidade de áreas que nem todas as famílias possuem (Eloy; Lasmar, 2011). O segundo diz respeito ao custo do deslocamento. A distância entre a sede e as comunidades não é apenas geográfica; ela se mede em tempo de viagem, em combustível e em disponibilidade de embarcação. Na consulta realizada pelo Iphan em 2021, detentores do Sistema Agrícola Tradicional apontaram o aumento da mobilidade, com voadeiras e motores, como fator que facilita o fluxo entre comunidade e cidade e, ao mesmo tempo, dificulta a manutenção das rotinas diárias de trabalho na roça. Apontaram também conflitos pelo uso da terra no entorno da cidade, associados ao aumento de grupos não tradicionais nessa área (IPHAN, 2021).

O mesmo documento reúne leituras sobre os motivos dos deslocamentos. Pesquisadores consultados no processo associaram o menor envolvimento de jovens nas atividades agrícolas ao estreitamento das relações entre comunidades e cidade, com frequente deslocamento do centro de gravidade da família para a sede, em busca de serviços, comércio, saúde e escolas, ou à organização de sistemas de bilocalidade entre comunidade e cidade. Técnicos de organização da sociedade civil, por sua vez, registraram a migração de famílias indígenas de rios acima para as sedes de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro (IPHAN, 2021). Entre os detentores, aparece a preocupação com famílias que vêm para a cidade buscando melhores condições de estudo e trabalho para os filhos e que, uma vez ali, encontram dificuldade tanto para se sustentar quanto para retornar às comunidades de origem. Essas falas foram registradas em documento oficial e não devem ser tomadas como diagnóstico estatístico; elas indicam, porém, que a mobilidade é vivida também como fonte de vulnerabilidade.

A etnografia de Cristiane Lasmar sobre gênero e transformação no Alto Rio Negro ajuda a compreender por que a cidade não é simplesmente o lugar da perda. Ao estudar mulheres indígenas que se deslocaram para São Gabriel da Cachoeira, a autora mostra que a relação com o exterior, com bens, conhecimentos e pessoas de fora, faz parte de um modo de produzir socialidade na região, em que se procura incorporar o que vem de fora para produzir parentes, sem dissolver a diferença que torna a vida social possível (Lasmar, 2005, p. 131). Essa interpretação não elimina as desigualdades, mas impede que a ida à



cidade seja vista apenas como ruptura. A cidade pode ser, ao mesmo tempo, lugar de aquisição e de exposição a novas formas de dependência.

A mobilidade, assim, é recurso e imposição. É recurso quando permite combinar o acesso a escolas, renda e serviços com a manutenção de roças e de relações na comunidade. É imposição quando resulta da falta de terra, da concentração dos serviços na sede ou da necessidade de dinheiro para comprar aquilo que antes se produzia. Na maior parte dos casos documentados, as duas faces aparecem misturadas. É nessa ambivalência que os circuitos alimentares devem ser lidos, e a próxima seção trata da base material e social a partir da qual eles se organizam.

3 O SISTEMA AGRÍCOLA TRADICIONAL DO RIO NEGRO

O reconhecimento do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro como patrimônio cultural do Brasil, por inscrição no Livro de Registro dos Saberes em novembro de 2010, resultou de uma articulação que envolveu a Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN), proponente do registro, o Iphan e pesquisadores do projeto Populações Tradicionais, Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais na Amazônia (PACTA), em parceria com o Instituto Socioambiental (IPHAN, 2021). O dossiê de registro, publicado pelo Iphan em 2019, define o bem como um conjunto estruturado de elementos interdependentes: as plantas cultivadas, os espaços, as redes sociais, a cultura material, os sistemas alimentares, os saberes, as normas e os direitos (IPHAN, 2019a). O território de ocorrência abrange os municípios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, e os detentores foram identificados como mais de vinte povos ligados às famílias linguísticas Tukano Oriental, Aruak e Naduhup.

Para o argumento deste artigo, a definição institucional tem uma consequência imediata. Ao incluir espaços, redes sociais e sistemas alimentares entre os componentes do sistema, ela já descreve a agricultura como fenômeno territorial e relacional. Não se trata de um conjunto de técnicas aplicadas a uma parcela de terra, mas de uma organização que conecta lugares e pessoas.

3.1 MANDIOCA, ROÇA, CAPOEIRA E FLORESTA

A mandioca brava é o eixo do sistema. A roça é aberta pela técnica de corte e queima: derruba-se uma área de mata ou de capoeira alta, espera-se que a vegetação seque, queima-se e planta-se. Os documentos do registro indicam que as roças se destinam, em geral, ao consumo familiar e à comercialização em pequena escala (IPHAN, 2021). Pesquisadoras do PACTA, consultadas no processo de reavaliação, insistiram em que essa descrição em três tempos é incompleta. A roça aberta na floresta ou numa capoeira velha é devolvida à floresta; as capoeiras, em seus diferentes estágios de regeneração, oferecem recursos alimentares e de outra natureza; e o plantio de frutíferas articula ciclos curtos de uso agrícola a ciclos longos de regeneração, o que assegura a sustentabilidade do conjunto (IPHAN, 2021). A



observação é importante porque desfaz a imagem da roça como clareira isolada. O espaço produtivo é um mosaico de roças novas, roças maduras, capoeiras e mata, e cada parte desse mosaico participa da alimentação em momentos diferentes.

A diversidade de plantas cultivadas é um dos atributos mais citados do sistema. As fontes institucionais divergem, porém, na formulação dos números. Notícia do Iphan sobre o encontro do Conselho da Roça em 2019 informa que, nas três localidades estudadas para o registro, foram levantadas cerca de trezentas espécies cultivadas, das quais cem seriam variedades de mandioca (IPHAN, 2019b); o parecer de reavaliação de 2021, citando outra publicação, refere-se ao manejo de cerca de cem variedades de mandioca e trezentas espécies de outras plantas (IPHAN, 2021). Mais do que escolher uma das cifras, interessa reter a ordem de grandeza e o fato de que ela se refere a localidades estudadas em determinado momento, e não a um inventário permanente de toda a região.

A cultura material compõe o sistema tanto quanto as plantas. O tipiti, usado para espremer a massa da mandioca ralada, e o aturá, cesto cargueiro que transporta mandioca, tubérculos e frutas, são feitos com materiais vegetais não cultivados, como arumã, cipós e fibras, o que liga a roça à floresta também por essa via. O dossiê já registrava a presença de objetos industrializados, como bacias de alumínio, raladores motorizados e caixas de isopor, e na consulta de 2021 os detentores relataram a confecção de aturás com material de garrafas plásticas (IPHAN, 2021). A incorporação de objetos externos não é novidade no sistema; o que muda é a escala e a origem dos objetos.

3.2 PARENTESCO, TROCAS E CIRCULAÇÃO DE PLANTAS

O trabalho agrícola mobiliza homens e mulheres em fases distintas. Segundo os documentos do registro, os homens se encarregam da derrubada, da queima e da limpeza da área, e as mulheres assumem as etapas posteriores, sendo reconhecidas como donas das roças (IPHAN, 2021). As pesquisadoras do PACTA acrescentaram que a dona de roça é detentora do saber sobre as plantas cultivadas, que essas plantas circulam principalmente entre mulheres e que a responsabilidade pelo funcionamento produtivo da roça recai sobre ela, enquanto as frutíferas costumam pertencer a homens da família. Essa divisão é descrita nas fontes como norma social e direito costumeiro, não como propriedade natural de homens ou de mulheres, e assim deve ser lida.

A circulação das plantas é o ponto em que o sistema agrícola se torna explicitamente territorial. O dossiê descreve o ayuri, mutirão que reúne famílias aparentadas ou vizinhas para operações como a broca, a derrubada ou o plantio, baseado na reciprocidade em trabalho, alimentação, alimentos e variedades de plantas, e registra a concepção de que as plantas foram feitas para circular entre a humanidade (IPHAN, 2019a, p. 28, conforme retomado em IPHAN, 2021). As pesquisadoras do PACTA destacaram, como aspecto não suficientemente explicitado no registro, o papel das redes entre parentes e vizinhos, que



permitem a circulação de sementes e mudas e de gêneros alimentícios como caça, pescado e encomendas de farinha. Além de seu papel social, essas redes funcionariam como mecanismo de conservação da agrobiodiversidade e dos saberes associados em escala regional (IPHAN, 2021).

Lideranças do coletivo de mulheres indígenas consultadas em 2021 descreveram a mesma lógica a partir da experiência: as plantas e as pessoas circulam, o casamento leva a mulher a aprender os modos de fazer da família do marido e a ensinar os seus, e alimentos que não eram comuns em um povo passam a ser preparados pelos filhos de casamentos entre povos distintos (IPHAN, 2021). Esse relato, registrado em documento oficial, ajuda a compreender por que o sistema é tratado no singular apesar da diversidade dos povos. Não se trata de homogeneidade, mas de circulação.

O tema voltou, aliás, como ponto de debate. Na consulta de 2021, parte dos detentores defendeu um levantamento das práticas agrícolas próprias de cada sub-região, enquanto outra parte considerou que o detalhamento excessivo poderia ameaçar a compreensão de um sistema único, constituído justamente pelo compartilhamento. Técnicos do Instituto Socioambiental mencionaram que os Baniwa vêm defendendo a existência de um subsistema próprio dos povos Aruak da bacia do Içana (IPHAN, 2021). O dissenso merece registro porque mostra que a unidade do sistema não é dada; ela é objeto de interpretação pelos próprios detentores.

3.3 PATRIMÔNIO SEM FOLCLORIZAÇÃO

Há um risco em descrever o sistema agrícola como patrimônio: transformá-lo em vitrine de uma tradição estável, exibida contra o pano de fundo da cidade. As fontes oferecem elementos para evitar esse risco. O registro foi demandado por uma associação indígena e articulado a pesquisas científicas; foi seguido pela formação de instâncias próprias, como os Conselhos da Roça, criados em 2014 em cada um dos três municípios; e, segundo os detentores consultados, contribuiu para a criação de associações e cooperativas voltadas à comercialização e para o fortalecimento do acesso a compras públicas de alimentos (IPHAN, 2021). O patrimônio, nesse caso, funciona como instrumento político e econômico, e não apenas como reconhecimento simbólico.

Também o conteúdo do registro é dinâmico. Na consulta de 2021, os detentores afirmaram a permanência dos aspectos listados no dossiê, mas relataram mudanças: redução da transmissão dos modos de fazer utensílios, diminuição das práticas de benzimento das roças em algumas localidades, concentração do plantio em espécies valorizadas pela comercialização e passagem de parte da produção da escala familiar para formas coletivas organizadas em associações. Esta última mudança não foi apresentada como negativa; ao contrário, os detentores apontaram a necessidade de organizar cadeias produtivas (IPHAN, 2021). O sistema que sustenta os circuitos alimentares é, portanto, ele próprio um sistema em transformação, e é a partir dele que se pode examinar os caminhos da comida.



4 OS CAMINHOS DA COMIDA

Se o território usado é a unidade entre objetos e ações, um circuito alimentar pode ser descrito como a sequência de objetos e ações pelos quais um alimento passa até ser comido. Essa descrição tem a vantagem de tornar visíveis elementos que costumam ficar fora das análises de consumo: a canoa e o motor, o porto, a casa de forno, o freezer de um comerciante, a lista de compras da merenda escolar, a parenta que recebe a encomenda. Em linguagem miltoniana, fixos e fluxos. Os fixos são os pontos onde algo se produz, se armazena ou se troca; os fluxos são os movimentos de alimentos, pessoas, dinheiro e informação que os ligam (Santos, 2006).

O que segue não é um mapeamento empírico dos circuitos de famílias determinadas. A literatura disponível não permite isso, e este artigo não produziu dados próprios. O que se propõe é uma leitura das fontes que identifica tipos de caminho e as condições que os tornam mais ou menos acessíveis.

4.1 DA ROÇA E DO RIO À MESA

O caminho mais curto é aquele em que o alimento é produzido ou obtido pelo próprio grupo doméstico e consumido sem passar pelo dinheiro. É o caso dos derivados da mandioca feitos a partir da roça familiar, do peixe pescado por membros da família, das frutas de quintal e de capoeira. Esse circuito depende de três condições que as fontes destacam repetidamente: acesso a terra cultivável, acesso a áreas de pesca e disponibilidade de trabalho. No estudo de Eloy (2009), a incorporação de alimentos de origem externa entre as famílias da cidade aparece ligada principalmente a essas condições. Quando uma delas falha, o caminho curto se interrompe e precisa ser substituído por outro.

Na zona periurbana, as três condições se tornam mais difíceis de reunir ao mesmo tempo. Eloy e Lasmar (2011) identificaram, entre os entrevistados de sua pesquisa, uma estratégia de comercialização de mandioca no mercado urbano desenvolvida por famílias que viviam perto da cidade, dispunham de área de uso muito reduzida e não tinham acesso aos recursos pesqueiros; essa estratégia foi encontrada em 9% dos entrevistados. O dado pertence a uma amostra específica e a um período determinado. Ele ilustra, contudo, uma situação analiticamente relevante: famílias que mantêm a produção agrícola, mas já não conseguem fazê-la circular apenas para o próprio consumo, e que precisam vender parte do que produzem para comprar o que não produzem, inclusive o peixe.

4.2 O CAMINHO DOS PARENTES

Um segundo tipo de circuito liga lugares distantes por meio do parentesco. Farinha, peixe moqueado, pimenta, frutas e mudas de plantas viajam entre comunidades e cidade levados por parentes, enviados por encomenda ou trocados em visitas. As pesquisadoras do PACTA mencionaram explicitamente as encomendas de farinha, a caça e o pescado entre os bens que circulam pelas redes de parentes e vizinhos



(IPHAN, 2021). Eloy (2009) observa que, na escala da família extensa, as redes de troca entre a cidade e a floresta favorecem a manutenção da qualidade dos produtos consumidos e da agrobiodiversidade.

Esse circuito tem uma característica que o distingue dos demais: o alimento que chega carrega uma relação. Quem recebe farinha de uma irmã ou de uma sogra recebe também um modo de fazer, uma variedade de mandioca, uma obrigação de retribuir. A pergunta formulada por Emperaire e Eloy (2008), sobre se a cidade poderia constituir um foco de diversidade agrícola no Rio Negro, ganha sentido justamente aí: a cidade não é apenas ponto de chegada de alimentos industrializados; pode ser também ponto de passagem e de acúmulo de plantas e saberes que circulam por redes de parentesco.

É preciso, entretanto, evitar a idealização. O caminho dos parentes depende de que alguém permaneça produzindo na comunidade e de que haja meios de transporte. Ele está, portanto, exposto às mesmas pressões descritas na seção 2: o custo do combustível, a redução da mão de obra disponível quando jovens se deslocam para estudar, a dificuldade de manter roças em mais de um lugar. Uma rede de parentesco densa pode amortecer essas pressões, mas não as elimina.

4.3 FEIRAS, COMÉRCIO E DINHEIRO

O terceiro tipo de circuito passa pelo mercado. Ele inclui duas direções que convém distinguir. Na primeira, produtos indígenas são vendidos na sede: farinha, frutas, peixe, pimenta e preparações. Na segunda, alimentos de origem externa são comprados no comércio urbano. As duas direções estão ligadas pelo dinheiro, e a capacidade de uma família de transitar entre elas depende de renda.

A obra organizada por Garnelo e Baré (2009) oferece um registro precioso das preocupações que acompanham essa dimensão monetária. O livro resultou de uma demanda de mulheres indígenas residentes em São Gabriel da Cachoeira, preocupadas com o alto preço dos alimentos industrializados, com as dificuldades de acesso das famílias a eles e com a substituição de comidas tradicionais por outras de menor valor nutricional, e reuniu receitas documentadas em oficinas na cidade e em aldeias Baniwa a partir de pesquisa realizada entre 2005 e 2007. A estrutura do livro já é, em si, um dado: as receitas urbanas foram registradas em oficinas porque o contexto urbano dificultava a elaboração cotidiana de algumas preparações. A cidade aparece, nesse registro, como lugar onde a comida tradicional é desejada e valorizada, mas cuja produção esbarra na falta de ingredientes, de tempo e de espaço.

As feiras ocupam posição intermediária. Na consulta realizada pelo Iphan em 2021, detentores do sistema agrícola avaliaram a criação de feiras locais como ação que contribui para a salvaguarda, observando que elas estimulam a conservação e a produção de uma diversidade de produtos, de sementes a variedades de maniva e frutas (IPHAN, 2021). A feira, nesse sentido, é um fixo que pode favorecer a diversidade, desde que os produtos encontrem compradores e que a lógica da venda não leve à concentração em poucas espécies. Os próprios detentores, no mesmo documento, relataram uma tendência de redução da



quantidade de espécies cultivadas em favor daquelas mais valorizadas na comercialização. A feira e o comércio podem, portanto, empurrar o sistema em direções opostas.

4.4 ESCOLAS, PROGRAMAS E O ESTADO COMO PONTO DO CIRCUITO

Um quarto tipo de circuito tem o Estado como intermediário. A alimentação escolar e os programas de aquisição de alimentos compram produtos de agricultores e os destinam a escolas, unidades de saúde ou famílias. Na região, os documentos patrimoniais registram que lideranças indígenas consideram o Programa Nacional de Alimentação Escolar, sobretudo após a atuação da comissão estadual voltada aos alimentos tradicionais, como iniciativa que fortalece a autonomia alimentar e garante às crianças o consumo de alimentos do sistema agrícola (IPHAN, 2021). A análise detalhada dessas políticas excede o objetivo deste artigo. Importa aqui apenas assinalar que o Estado se tornou, ele próprio, um ponto do circuito alimentar: compra, transporta, armazena e distribui. Quando adquire alimentos produzidos no território e os oferece no próprio território, encurta caminhos; quando oferece alimentos de fora, alonga-os.

4.5 UMA LEITURA DOS CIRCUITOS

A partir dessa tipologia, é possível propor três perguntas para caracterizar qualquer circuito alimentar na região. A primeira diz respeito ao lugar da decisão: quem decide o que será produzido, por quem e para quem. No circuito doméstico e no de parentesco, a decisão está nas mãos de quem planta e de suas redes; no comércio, depende do que é oferecido e do dinheiro disponível; nos programas públicos, depende das regras de compra e das listas de produtos aceitos. A segunda diz respeito à mediação monetária, que pode ser ausente, parcial ou total. A terceira diz respeito ao que viaja junto com o alimento: uma variedade de planta, um modo de preparo, uma relação de reciprocidade, ou apenas um produto embalado.

Essas perguntas são uma proposta interpretativa deste artigo e não um modelo extraído das fontes. Elas permitem, porém, perceber que os circuitos não se distribuem simplesmente entre um polo tradicional e outro moderno. Uma farinha vendida na feira da sede pode carregar mais relações e saberes do que uma farinha consumida em casa, se tiver sido feita por uma parenta a partir de variedades recebidas em casamento. Um alimento comprado pelo programa público pode encurtar o caminho entre a roça e a escola. E um alimento produzido na própria roça pode depender, para chegar à mesa, de combustível comprado com dinheiro de um benefício social. Os caminhos se cruzam.

5 ENTRE CONTINUIDADES E TRANSFORMAÇÕES

A oposição entre tradicional e moderno tem uma força de atração difícil de evitar quando se escreve sobre alimentação indígena. Ela organiza o debate público, aparece em documentos oficiais e reaparece, às vezes, na fala dos próprios detentores. Na consulta do Iphan de 2021, por exemplo, a hegemonia do modelo



moderno de agricultura frente às práticas locais figura entre as ameaças ao sistema agrícola, ao lado da integração ao mercado, do acesso à terra, das dificuldades de transmissão dos saberes, da perda de diversidade biológica, do menor envolvimento dos jovens e da mudança dos hábitos alimentares (IPHAN, 2021). A lista é legítima e fundamentada. O problema surge quando ela é convertida em narrativa linear, na qual cada contato com a cidade ou com o mercado seria um passo rumo ao desaparecimento.

As próprias fontes oferecem contrapesos a essa leitura. O mais claro diz respeito à diversidade de mandioca. Na lista de vulnerabilidades retomada do dossiê para a consulta de 2021, a perda de diversidade agrícola vinha ilustrada pelo exemplo de uma redução de cerca de 50% das variedades de mandioca. Ao comentar esse ponto em 2021, as pesquisadoras do PACTA advertiram que a cifra não poderia ser generalizada, por se referir a uma localidade particular; relataram que, em oficina com donas de roça em Santa Isabel do Rio Negro, poucas variedades foram consideradas perdidas, embora várias fossem difíceis de encontrar; observaram que, sem séries históricas, é difícil saber se essas variedades sempre foram raras ou se estão desaparecendo; e registraram o grande interesse das agricultoras em conhecer e introduzir novas variedades (IPHAN, 2021). Esse episódio documental é exemplar. Ele mostra como um dado localizado pode se transformar em diagnóstico regional se não for acompanhado de cuidado metodológico, e como a categoria de perda pode encobrir processos de experimentação.

Outro contrapeso aparece na própria interpretação da urbanização. Eloy e Lasmar (2011) sustentam simultaneamente duas tendências que uma leitura apressada consideraria contraditórias: a individualização dos regimes de propriedade na área periurbana e a adaptabilidade dos sistemas tradicionais de manejo. O que se perde em uma dimensão, o acesso comum a terras próximas, pode ser parcialmente compensado em outra, a combinação de espaços distantes por meio do parentesco. A compensação não é automática nem gratuita; ela exige trabalho, deslocamento e negociação. Mas sua existência impede que a urbanização seja descrita apenas como erosão.

O período da pandemia de covid-19 fornece um terceiro exemplo, ainda que registrado de forma indireta. Lideranças consultadas em 2021 relataram que jovens que viviam na cidade voltaram para sítios e comunidades durante as restrições sanitárias, que sítios desativados foram reativados e que esse retorno despertou interesse por conhecimentos sobre plantas medicinais (IPHAN, 2021). Trata-se de relato de lideranças, não de levantamento sistemático, e não se pode inferir dele uma tendência duradoura. Ele mostra, contudo, que a relação entre cidade e comunidade é reversível em certas circunstâncias, e que a multilocalidade pode funcionar como reserva em momentos de crise.

Seria igualmente equivocado, no entanto, deslizar para a tese oposta, segundo a qual o sistema permaneceria intacto sob a superfície das mudanças. As mesmas fontes registram transformações que não se deixam ler como adaptação benigna. A concentração do plantio em espécies valorizadas pela comercialização, relatada pelos detentores, pode reduzir a diversidade cultivada em favor de uma lógica de



mercado. A diminuição das práticas de benzimento, em algumas localidades, toca dimensões simbólicas que o dossiê considerava constitutivas da relação com a roça. Os detentores mencionaram também os efeitos de mudanças climáticas sobre o calendário agrícola, com dificuldade de prever as estações e de orientar plantio e colheita pelos conhecimentos dos mais velhos (IPHAN, 2021). Nenhuma dessas transformações é mera continuidade com outra roupagem.

O que as fontes permitem afirmar, com prudência, é que continuidade e transformação não são estados alternativos, mas dimensões de um mesmo processo. A mandioca continua no centro, mas é ralada com motor; o aturá continua carregando a colheita, mas pode ser feito de plástico; a farinha continua circulando entre parentes, mas também segue para a feira, para o comércio e para a escola. O que muda, sobretudo, é a composição dos circuitos: quantos caminhos passam pelo dinheiro, quantos dependem de terra próxima, quantos ainda carregam variedades e saberes. Essa composição não é a mesma para todas as famílias, e é aí que a desigualdade se torna visível. Famílias com acesso a terra, a áreas de pesca e a redes de parentesco ativas dispõem de mais caminhos; famílias recém-chegadas à cidade, sem terra próxima e sem renda regular, dispõem de menos.

Uma consequência metodológica decorre disso. Estudos que tomem apenas o domicílio urbano como unidade, ou apenas a comunidade, tendem a ver uma parte do circuito e a interpretá-la como o todo. O que pode parecer, a partir da cidade, dependência do mercado pode ser apenas o trecho visível de um circuito que inclui a roça de uma parenta; o que pode parecer, a partir da comunidade, autonomia produtiva pode depender de renda obtida na cidade para comprar combustível e ferramentas. Pesquisas futuras, inclusive aquelas voltadas à alimentação de crianças pequenas, ganhariam em acompanhar trajetos e não apenas pontos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura territorial mostra que a reorganização dos sistemas alimentares no Alto Rio Negro ocorre menos pela substituição de um sistema por outro do que pela recomposição dos caminhos que ligam produção e consumo. Roça, rio e floresta continuam presentes nos circuitos descritos pela literatura, mas aparecem combinados com a sede municipal, o comércio, as feiras e os programas públicos. Parentesco, transporte e dinheiro atravessam essas combinações e ajudam a explicar por que famílias situadas no mesmo município podem dispor de possibilidades muito diferentes de obtenção de alimentos.

Os estudos sobre a zona periurbana de São Gabriel da Cachoeira e a documentação do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro registram arranjos multilocais e redes de circulação de plantas, alimentos e saberes que tornam insuficiente a ideia de abandono. Ao mesmo tempo, mostram que esses arranjos dependem de condições desigualmente distribuídas, como terra cultivável próxima, acesso a áreas de pesca, disponibilidade de trabalho e recursos para deslocamento. Quando essas condições faltam, os



circuitos se tornam mais longos e mais dependentes de renda. A multilocalidade, nesse quadro, pode ser capacidade de recomposição e também constrangimento.

A contribuição do enfoque territorial está em deslocar a pergunta. Em vez de indagar se a alimentação de determinado grupo é mais ou menos tradicional, pergunta-se por onde passa a comida, quem decide sobre ela em cada trecho, quanto do percurso depende de dinheiro e o que viaja junto com o alimento. Essas perguntas tornam visíveis as relações entre lugares desigualmente equipados e evitam tanto o diagnóstico de perda quanto a celebração de uma continuidade intacta. Também permitem situar o Estado e o mercado como partes do circuito, e não como forças externas que simplesmente atuam sobre ele.

Há limites claros nessa leitura. Parte importante da literatura empírica sobre a zona periurbana foi produzida há mais de uma década, e os documentos patrimoniais foram elaborados para finalidades administrativas; no caso do parecer de 2021, as consultas ainda sofreram as restrições da pandemia. Por isso, o artigo não descreve os circuitos atuais de famílias determinadas. Permanecem abertas questões que pedem pesquisa de campo, sobretudo a maneira como esses trajetos se configuram para famílias com crianças pequenas, cuja alimentação depende de regularidade, e como a distribuição desigual de caminhos se converte em diferenças concretas de acesso aos alimentos.

REFERÊNCIAS

- ELOY, Ludivine. Diversidade alimentar e urbanização: o papel das migrações circulares indígenas no Noroeste Amazônico. **Anthropology of Food**, n. S6, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aof/6444>. Acesso em: 1 out. 2026.
- ELOY, Ludivine; LASMAR, Cristiane. Urbanização e transformação dos sistemas indígenas de manejo de recursos naturais: o caso do alto rio Negro (Brasil). **Acta Amazonica**, Manaus, v. 41, n. 1, p. 91-102, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0044-59672011000100011>.
- EMPERAIRE, Laure; ELOY, Ludivine. A cidade, um foco de diversidade agrícola no Rio Negro (Amazonas, Brasil)? Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, Belém, v. 3, n. 2, p. 195-211, 2008.
- GARNELO, Luiza; BARÉ, Gilda Barreto (org.). **Comidas tradicionais indígenas do Alto Rio Negro**. Manaus: Centro de Pesquisa Leônidas e Maria Deane, Fundação Oswaldo Cruz; EDUA, 2009.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico 2022: indígenas: primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102018.pdf>. Acesso em: 1 out. 2026.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro. Brasília, DF: **Iphan**, 2019a. (Dossiê Iphan, 19). Disponível em:



https://bcr.iphan.gov.br/wp-content/uploads/tainacan-items/65968/67260/Sistema-Agricola-Tradiconal-do-Rio-Negro_de_dossie_19__sistema_agricola__web__12jul19_.pdf. Acesso em: 1 out. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Indígenas debatem plano de salvaguarda do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro (AM). Brasília, DF: **Iphan**, 2019b. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5214/indigenas-debatem-plano-de-salvaguarda-do-sistema-agricola-tradicional-do-rio-negro-am>. Acesso em: 1 out. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Superintendência do Iphan no Amazonas. Parecer técnico de reavaliação do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro com vistas à revalidação do seu título de Patrimônio Cultural do Brasil. Manaus: **Iphan**, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/publico-ja-pode-opinar-sobre-o-sistema-agricola-tradicional-do-rio-negro/parecer_reavaliacao_sat__rn_2021_versao_final__1_.pdf. Acesso em: 1 out. 2026.

LASMAR, Cristiane. **De volta ao lago de leite**: gênero e transformação no Alto Rio Negro. São Paulo: Editora UNESP; Rio de Janeiro: NUTI, 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.